

Editorial

A necessidade de se fazer uma interlocução entre Gênero, Cinema e Direitos Humanos parte-se do reconhecimento de que os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre o conhecimento não dão conta de uma realidade cada vez mais pluridisciplinar, transversal, multidimensional, transnacional e global (Morin, 2003). Embora algumas conquistas já tenham sido adquiridas pelo exercício de luta, os direitos humanos continuam a ser um projeto a consolidar, pois para ultrapassar hábitos, tradições e costumes, tem-se a necessidade de buscar a desconstrução das matrizes dominantes que desencadeiam as desigualdades e naturalizam as violências. Para tanto, se têm por objetivo contextualizar e englobar as questões de raça, classe, gênero, etnia e etarismo a partir de perspectivas econômicas, políticas, jurídicas, psicológicas e afetivas, que conduzirão as interações, reciprocidade de intercâmbios, podendo gerar novos pontos de vistas Inter e Transdisciplinares para que Direitos Humanos se efetivem.

A arte em todas as suas propostas e linguagens como a música, pintura, escultura, fotografia, literatura e cinema provocam em nós múltiplas emoções, além de acender nosso senso crítico e estético a cada contemplação. Fazer uso da arte no meio acadêmico possibilita o exercício de um olhar transversal gerador de concepções críticas que é uma das colunas da universidade na busca de intervenção e melhorias nas relações sociais. Bourriaud (2009) propõe que a arte é uma forma de uso do mundo, uma negociação infinita entre vários pontos de vista e cabe a nós, espectadores, revelar essas relações. Cabe a nós julgarmos as obras de arte em função das relações que elas criam dentro do contexto específico em que se debatem. Pois a arte – e afinal não vimos outra definição que englobe todas as demais – “(...)é uma atividade que consiste em produzir relações com o mundo, em materializar de uma ou outra forma suas relações com o tempo e o espaço” (Bourriaud, 2009, p. 110).

Buscar as relações de gênero com a arte para se pensar direitos prescinde reconhecer, primeiramente, que a fragmentação do conhecimento pelas especializações das ciências as deixou em compartimentos estanques, gerando isolamento e distanciamento da realidade na medida em que “cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial e, a custo de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de se desmoronar” (Morin, 2002, p.135). Os desenvolvimentos disciplinares das ciências trouxeram junto com as vantagens da divisão do trabalho, inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber, produzindo conhecimento, mas também ignorância e cegueira (Morin, 2002a, p.15).

Reconhecer que a separação do conhecimento não consegue atender as necessidades atuais, é urgente pensar a interdisciplinaridade, como proposta possível de desconstrução dos feudos disciplinares. Para Lenoir (1998) há duas tendências interdisciplinares: a primeira tem por objetivo a construção de uma síntese conceitual ou acadêmica do fato, que segundo a autora é um jogo social e epistemológico. Já a segunda é instrumental e refere-se menos a uma categoria do conhecimento do que a uma categoria de ação. Considera a interdisciplinaridade como uma prática particular que diante da existência cotidiana dos problemas, não tem por objetivo criar uma disciplina científica, mas de resolver problemas concretos. A interdisciplinaridade é vista como uma prática ‘política’, ou seja, como uma negociação entre diferentes pontos de vista, para se decidir como uma representação considerada adequada, em vista de uma ação.

Bittar, (2020) diante das várias formas de se abordar o tema da arte com sua relação com os direitos, nos aponta diferentes campos de conexão entre ambos. Tais como a arte como objeto de proteção do direito relativo a criação da cultura, da arte, da literatura e das ciências, e, como objeto do Direito de autor; a arte como objeto do Direito a cultura; a arte como objeto de proteção do Direito do patrimônio artístico, histórico e cultural; o Direito como objeto da arte, sendo a forma de representação das formas históricas do Direito, através da estatutária da justiça, dos símbolos, da pintura, da liturgia, da arquitetura dos palácios da justiça, constituindo a simbólica jurídica; a arte como documento cultural, memória e instrumento de acesso e conhecimento da história da justiça; arte como ferramenta de difusão e de ensino da cidadania e da justiça consideradas as diversas vertentes da opressão, das violências, das injustiças e ausência de reconhecimento.

Nesse sentido, o movimento da interdisciplinaridade possibilita pensar os direitos humanos e a prática docente a partir da Arte e seus diferentes usos no mundo, como exercícios de análises, interpretações e ponderações sobre a realidade.

Assim, o Cinema, juntamente com a fotografia, a pintura, literatura dentre outras formas artísticas, possibilitam que a experiência emotiva e cognitiva traga múltiplos olhares pelo “poder da surpresa perturbadora” (Schama, 2010) e gerem o exercitar da sensibilidade e do senso crítico para pensar nossa sociedade a partir do olhar estético.

Há algum tempo os filmes são utilizados como recursos pedagógicos para levantar discussões ou aprofundar determinadas questões no meio acadêmico. Representações sociais que ressaltam ou não as desigualdades podem ser percebidas em filmes que fazem sentido para o/a espectador/a, levando a uma reflexão sobre a sociedade. Logo, deve-se ressaltar as múltiplas possibilidades trazidas pelo cinema como instrumento interdisciplinar possível de transformação sociocultural. A utilização, portanto, do cinema como categoria de interação com os Direitos Humanos produz sentidos para a desconstrução das matrizes dominantes assim como a produção da reconfiguração da cidadania. Entende-se que a temática cinema será abordada como um espaço que para além de formar opiniões e construir/desconstruir conceitos pode contribuir para se pensar identidades e assimetrias que atingem várias categorias sociais.

Cabe lembrar que os direitos humanos são construções históricas, sociais e políticas em constante movimento, e têm se configurado desde sua formação como um campo de debates e reflexões filosófico-jurídicas como um horizonte de possibilidades, que frequentemente são desafiados por perspectivas reacionárias e tradicionalistas (Herrera Flores, 2005).

Para Bitar (2021, p.13) , tem-se um cenário que,

está marcado pela perda de conquistas, por retrocessos legislativos e conceituais, por disputas políticas e jurídicas acirradas, além de um esvaziamento do debate público legítimo e racional, em torno da EDH. O que atualmente se percebe é que uma neblina, de repente, turbou a visão mais ampla e geral das coisas, e fez-se novamente presente aquilo que mais fortemente marca o Brasil, ou seja, uma dialética entre modernidade e tradição, e que, neste sentido, permite a retomada de forças que tornam difícil a tarefa de pensar os horizontes da EDH como horizontes de Educação para a Paz, a Democracia e a Tolerância.

Devido a um cenário ainda complicado em relação à Educação e Direitos Humanos, Bitar (2021, p.92) também nos alerta que, a Universidade se vê desafiada a se reinventar dentro da perspectiva de fortalecimento de seu compromisso com a cultura dos direitos humanos como forma de vida. Por isso, a Educação em Direitos Humanos deve ocupar um papel central, articulando uma nova maneira de exercer o espírito humanista que sustenta a missão simbólica, cultural e social da Universidade, levando a promoção de uma visão de cidadania global, o respeito integral à pessoa humana e sua dignidade.

Diante disso, o Cinema utilizado como prática pedagógica pode nos fazer pensar suas contradições intrínsecas devido à sua facilidade de reprodução no sistema regido pelo capital. Enquanto parte de uma indústria, o cinema está sujeito às dinâmicas de consumo e lucro inerentes à indústria cultural, influenciando seu controle, produção e disseminação. Por outro lado, a incorporação do Cinema como um meio simultaneamente envolvente e introspectivo para promover uma consciência crítica e emancipatória permite a revitalização de debates que circundam análises sobre aspectos como a violência estrutural do capitalismo, resgate da memória e mobilização de lutas sociais de resistência cultural, ao ser utilizado como ferramenta pedagógica de formação crítica, da educação jurídica. Deve-se reconhecer, portanto, as

relações instigantes entre filmes e conceitos – dos filmes hollywoodianos à poesia de metáforas sensíveis – onde o cinema registra a condição de nossa existência com o poder de imagens, sonhos e ideias, de maneira que uma teoria árida ou o caráter de neutralidade dos métodos científicos se tornem acessíveis a partir do poder de imaginação provocado pelo cinema (MARQUES, 2004, p.10)

Há algum tempo os filmes são utilizados como recursos pedagógicos para levantar discussões ou aprofundar determinadas questões no meio acadêmico. Representações sociais podem ser percebidas em filmes que fazem sentido para o/a espectador/a, levando a uma reflexão sobre a sociedade em suas múltiplas faces. Logo, deve-se ressaltar as várias possibilidades trazidas pelo cinema como instrumento interdisciplinar possível de transformação sociocultural (MORIN, 2003). Nesse sentido, Warat (2006) pontua que a arte é o melhor caminho para a inclusão social dos excluídos, ao fazê-los recuperar sua autonomia e descobrir sentido para a vida no processo de construção da emancipação individual e coletiva. Na verdade, pensava ele que é a única forma de fazermos uma revolução existencial é através da arte.

A interlocução e o diálogo entre saberes ao integrar diferentes modos de conhecer nos capacitam a discernir e

produzir sentidos a partir de configurações históricas de produção de discursos que decompõe e recompõe pelo Cinema outros discursos que se entrecruzam nos provocando a pensar vivências e compreensão da realidade. E é nesse sentido que este livro foi pensado!

Convidamos todas as pessoas para usufruir da leitura desta obra!!

Organização

Margareth Arbués

Silvana Beline

Referências

BITTAR, Eduardo C.B. **Universidad, Humanismo y Derechos Humanos**: los desafíos de la educación en derechos humanos en la enseñanza superior. In: CARBONI, Dana; BRARDINELLI, Rodolfo L. (org.). *Universidad y Derechos Humanos: una relación desafiante*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes. PUDeH-Programa Universidad y Derechos Humanos, 2021. p. 92-110. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1etqGbly7NZRXdakY9NBDaFDKlraoFFeZ/view>. Acesso em: 23/11/2021.

BITTAR, Eduardo C.B. **O Plano Nacional de Educação em direitos humanos do Brasil**: um cenário obscuro de implementação. In: *Latin American Human Rights Studies*, v. 1, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lahrs/article/view/69421/36799>. Acesso em: 24/01/2022.

BORDWELL, David; THOMPSON, Kristin. **A arte do cinema**: uma introdução. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da USP, 2013.

BOURRIAUD, Nicolas. **Pós-produção**: Como a arte reprograma o mundo contemporâneo. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009.

EISENSTEIN, Serguei. **O sentido do filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GRUNE, Carmela. **Direito no Cinema brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2017.

HERRERA FLORES, Joaquín. **Los derechos humanos como productos culturales**. Crítica del humanismo abstracto. Madri: Los Libros de la Catarata, 2005.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Gaciano Suxberger, Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

LENOIR, Yves. Didática e interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: **Didática e interdisciplinaridade**. Fazenda, Ivani.C.A (org). Campinas: Papirus, 1998.

MARQUES, Veronica Teixeira Martins; OLIVEIRA, Ilzver de Matos; SILVA, Waldimeiry Corrêa. **Direito e cinema**. Salvador: EDUFBA, 2004.

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário**: ensaio de Antropologia sociológica. São Paulo: É Realizações editora, 2014.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. - 8a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

OLIVEIRA, Mara Regina de. **Direito e cinema**. In: Teoria geral e filosofia do direito / coords. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro Gonzaga, André Luiz Freire - São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SCHAMA, Simon. **O poder da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. [ero-Joan%20Scott.pdf](#) Acesso em: 30 de abril de 2023.

TURNER, Graeme. **Cinema como prática social**. São Paulo: Summus, 1997.

XAVIER, Ismail. **A experiência do cinema** (Antologia). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2018.

WARAT, Luis Alberto. **La cinesofia y su lado oscuro**. Territórios desconhecidos: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade. Florianópolis: Fundação Boitex, 2004.

WARAT, Luis Alberto. **Observatório da Constituição e democracia** (C&D), n.8, outubro de 2006, UNB/FD.

PREFÁCIO

Patrícia Branco¹

Escrever um prefácio não é tarefa fácil, mas não podia responder de outra forma a um convite das professoras Margareth Pereira Arbués e Silvana Beline, sobretudo tratando-se de um tema tão interessante: Gênero, Cinema e Direitos Humanos.

Os diferentes textos, todos escritos por alunas/os do PPGIDH/UFG, apresentam uma elevadíssima qualidade, e levaram-me a pensar na importância do cinema como um espelho poderoso da sociedade, mas também como uma ferramenta complexa que pode levar à desconstrução de determinadas narrativas ou à estereotipação e invisibilização de outras. É isso que este livro traz de original, numa abordagem interdisciplinar, onde filmes, séries, telenovelas e documentários são o pano de fundo para pensar o mundo. É possível que os irmãos Lumière, quando criaram o cinematógrafo, tivessem intuído esse potencial, e só lhes posso agradecer por isso, assim como agradeço a alunas/os do PPGIDH/UFG pelos textos que escreveram.

E com isso pensei nos últimos filmes brasileiros a que assisti: *Ainda Estou Aqui* (Walter Salles, 2024), *Pensão Alimentícia* (Silvana Beline Tavares, 2024) e *Boi Neon* (Gabriel Mascaro, 2016). Em todos eles as questões e as identidades de gênero estão presentes, seja em contexto de ditadura, seja perante um sistema patriarcal que parece castigar as mães e absolver os pais quando estes incumprem, seja num Sertão onde masculinidades, relações afetivas e familiares adquirem diferentes significados e valores (Carvalho e Moraes, 2018). Filmes pluripremiados, inclusive com um Oscar, que despertam os nossos sentidos e nos fazem questionar estereótipos e padrões tradicionais da sociedade (brasileira ou outra). Particularmente no contexto atual em que vivemos, de avanço da extrema-direita e ameaças às conquistas feministas e de minorias.

Jane Fonda, em seu discurso nos SAG Awards de 2025, destacou a importância da empatia e da coragem em tempos de adversidade, lembrando-nos que estamos a viver um momento histórico que exige união e resistência. Essa mensagem ressoa profundamente quando pensamos nas políticas que tentam apagar identidades, como o apagamento da palavra ‘mulher’ pelo governo Trump, uma ação que simboliza a tentativa de silenciar vozes e apagar histórias.

Os vários capítulos abordam temas como o que significa ser homem ou mulher em uma sociedade patriarcal; a criminalização da eutanásia e como esta pode ser influenciada por questões de gênero, especialmente no que diz

¹ Patrícia Branco é investigadora do CES, integrando a Linha Temática 2 - Democracia, justiça e direitos humanos. É investigadora contratada no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico (CEECIND/00126/2017), com o projeto «FORK. Food, Regulation, Kinship: considerations on contemporary law, families and parenthood through the lenses of food». É Doutora em Sociologia do Direito, no âmbito do programa «Direito, Justiça e Cidadania no séc. XXI», pela Universidade de Coimbra. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5425-0887> . Email: patriciab@ces.uc.pt.

respeito à autonomia das mulheres sobre seus corpos; as relações de cuidado entre mulheres; a violência contra a mulher, desde a psicológica até o feminicídio, como reafirmação do poder do homem sobre a mulher; o aumento significativo dos casos de violência de gênero contra as mulheres durante a pandemia COVID-19; a objetificação do ser feminino; a identidade de gênero fluida e não-binária; a censura e o apagamento das mulheres lésbicas no cinema; a representatividade da mulher negra nas séries brasileiras; as mulheres indígenas no cinema e documentários; a luta e persistência da mulher camponesa. Num contexto de colonialismo, racismo e sexismo. Temas que nos levam a uma reflexão sobre como o cinema pode ser uma ferramenta de resistência e de transformação social, onde filmes (séries, telenovelas ou outros formatos) que desafiam o status quo podem contribuir para mudanças culturais profundas, gerando empatia e provocando debates essenciais sobre justiça, igualdade e dignidade humana.

A originalidade das análises, para além de nos levar a ver para lá dos filmes, reside também no modo como alunas/os integraram os referenciais teóricos de autoras como bell hooks, Patricia Hills Collins, Kimberlé Crenshaw, Léila Gonzalez, Sueli Carneiro, Judith Butler, María Lugones, Françoise Vergès, entre outras, num modo em que as suas falas dialogam com as falas das personagens dos filmes analisados, num meta-diálogo poderoso, onde performatividade, representações narrativas e teorias se cruzam e possibilitam a (des)construção e (re)organização do conhecimento (Carvalho e Moraes, 2018).

Os filmes analisados são muitos, desde ‘Lanternas Vermelhas’ a ‘Pequena Sereia’, ‘A Noite do Fogo’ e ‘Primavera Púrpura’, ‘Vidas Partidas’ e ‘Shirley para Presidente’, ‘Cantoria na Aldeia dos Mortos’. E tantos outros, o que deu vontade de comprar pipocas e assistir a todos eles, num binge-watching sem vergonha.

Se eu fosse crítica de cinema, daria 5 estrelas a este livro e recomendaria uma ida imediata a uma qualquer sala de cinema perto de si!

CARVALHO, Rodrigo Souza Fontanini de; MORAES, Ricardo Gaiotto de; Entre o boi e o neon: identidades e identificações de gênero. In: RUA [online]. Volume 24, número 2 - e-ISSN 2179-9911 - Novembro/2018. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/rua.v24i2.8653700>